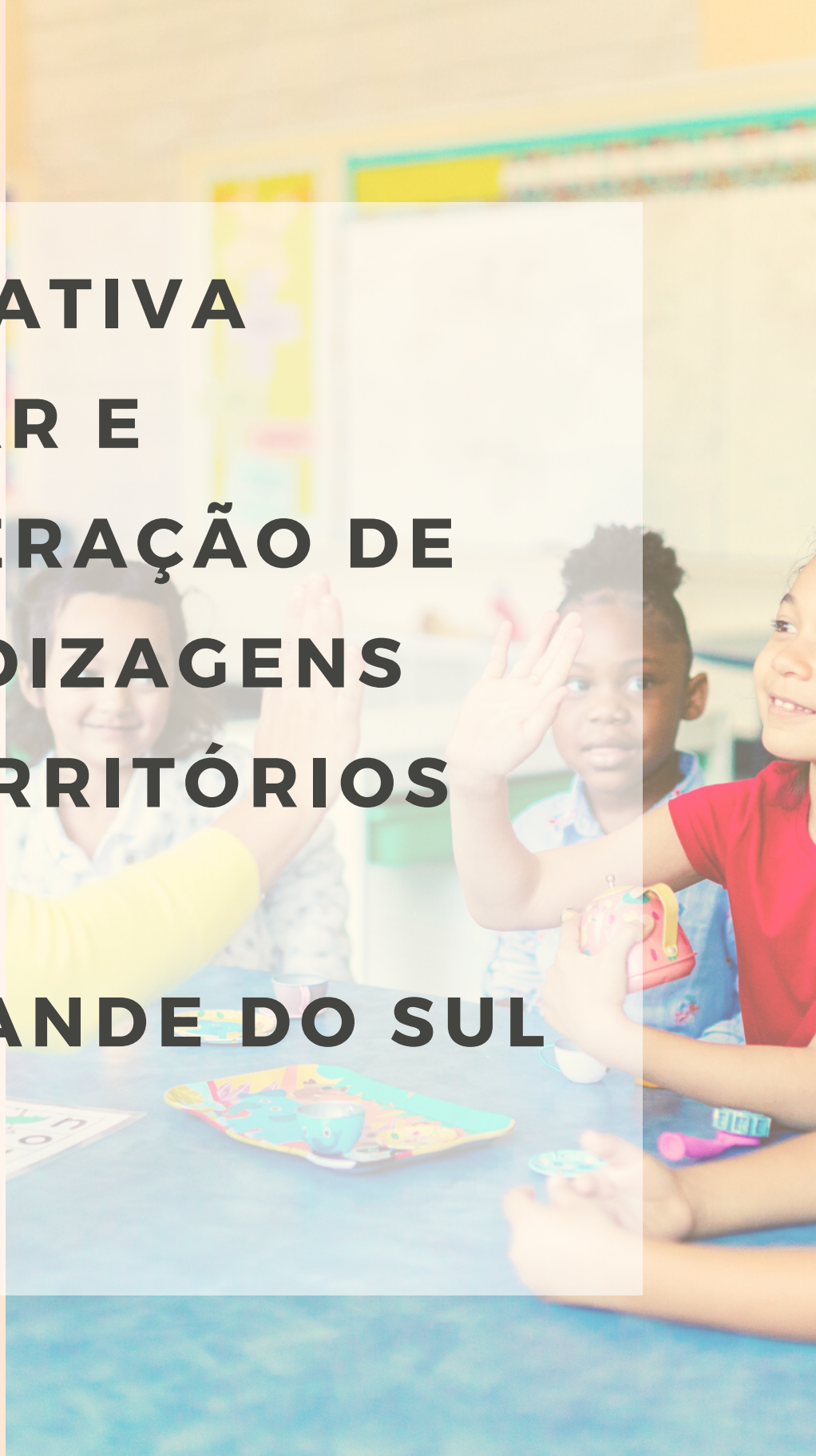


**BUSCA ATIVA
ESCOLAR E
RECUPERAÇÃO DE
APRENDIZAGENS
NOS TERRITÓRIOS
DO
RIO GRANDE DO SUL**



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES

COORDENAÇÃO GERAL

Luciana Cano Casarotto

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões (CAOIJEFAM)

ARTICULAÇÃO REGIONAL

Ana Cristina Ferrareze (PREDUC Porto Alegre)
André Negrão Duarte (PREDUC Uruguaiana)
Carla Lara Adami (PREDUC Novo Hamburgo)
Cristiane Della Mèa Corrales (PREDUC Osório)
Júlio Francisco Ballardin (PREDUC Passo Fundo)
Mário Luiz Guadagnin (PREDUC Passo Fundo)
Mário Rogério Bressan (PREDUC Santo Ângelo),
Paulo Roberto Gentil Charqueiro (PREDUC Pelotas)
Rosângela Côrrea da Rosa (PREDUC Santa Maria)
Simone Martini (PREDUC Caxias do Sul)
Vanessa Saldanha de Vargas (PREDUC Santa Cruz)

SISTEMATIZAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E RELATÓRIO

Silvia da Silva Tejedas

Assistente Social CRESS 3646
Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões

Bruna Trindade

UFCSPA, colaborou com a elaboração dos mapas

ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Fabiana Aguiar de Oliveira (GAT/UADH)

Luciana Casarotto (CAOIJEFAM)

Silvana Perin (GAT/UADH)

Silvia Tejedas (CAOIJEFAM)

ENVIO E MONITORAMENTO DO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

CAOIJEFAM: Gabriel Trindade

Caxias do Sul: Luciana C. Machado e Andressa C. Zanco

Novo Hamburgo: Jéssica Cassol e Cintia Panarotto

Osório: Gabriel S. Quintanilha, Kizi P. de Oliveira

Passo Fundo: Bia M. Weinert, Camila R. Costa, Juliano Griebler, Natali Wink

Pelotas: Silvana M. Machado, Miriam W. Bento

Porto Alegre: Pedro L. Franciscatto, Lúcia J. Caminski

Santa Cruz do Sul: Isabel A. Roman e Roberto P. Cunha

Santa Maria: Isabel Cristina M. Silva, Fernanda A. Fernandes, Dyanne S. dos Santos

Santo Ângelo: Ana Cristina V. Müller, Gabrielly J. Pereira, Susielli K. Tofolo

Uruguaiana: Luana M. Riefel, João M. Bicca, Lisiane Arebalo

APROXIMAÇÕES COM A REALIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

A pandemia da Covid-19 trouxe um conjunto de prejuízos à sociedade gaúcha, sendo um dos segmentos mais afetados, sem dúvida, o das crianças e adolescentes, dado o extenso período de suspensão das aulas e substituição dos meios presenciais pelo contato por plataformas ou atividades físicas enviadas aos estudantes.

Atento a essa realidade, o Ministério Público vem desenvolvendo um conjunto de ações, algumas de escopo interno, sensibilizando e articulando a atuação dos promotores e promotoras de Justiça.

Outras, estão voltadas para a mobilização de um conjunto de parceiros para fins do enfrentamento à exclusão escolar e para a promoção da recuperação de aprendizagens.

Nesse sentido, destaca-se a assinatura de Termo de Cooperação Interinstitucional que reúne todos os poderes de Estado e a sociedade civil, com diversas medidas previstas.

Entre tais ações, situa-se o **conhecimento da realidade**, pois sem informações sobre o quadro existente, dificilmente as alternativas estarão à altura dos desafios do momento.

O presente relatório visa a apresentar e analisar os principais indicadores colhidos atinentes ao conjunto da rede pública do Rio Grande do Sul. Para tanto, está dividido em duas partes. Na primeira, são abordados indicadores relacionados à busca ativa escolar e, na sequência, sobre a recuperação de aprendizagens.

Boa leitura!



NOTAS SOBRE A METODOLOGIA DO ESTUDO

Com o propósito de aproximação com a realidade, realizou-se levantamento de dados de 30/03 e 06/04/2022, por meio de formulário digital enviado para gestores municipais e coordenadores regionais da Educação (rede estadual). Foram constituídos dois formulários, um para os municípios e outro para as Coordenadorias Regionais da Educação (CREs), cada um com mais de 60 questões, com resposta única ou múltipla.

As informações apresentadas neste relatório são autodeclaradas pelos respondentes, as quais foram, inicialmente, consolidadas em planilha Excel, sendo mantida a última resposta e excluída as demais, em casos de repetição. Em caso de respostas dadas em percentuais, estes foram transformados em números inteiros. Em caso de resposta para vagas, fornecidas em bloco, foram distribuídas proporcionalmente nas etapas correspondentes.

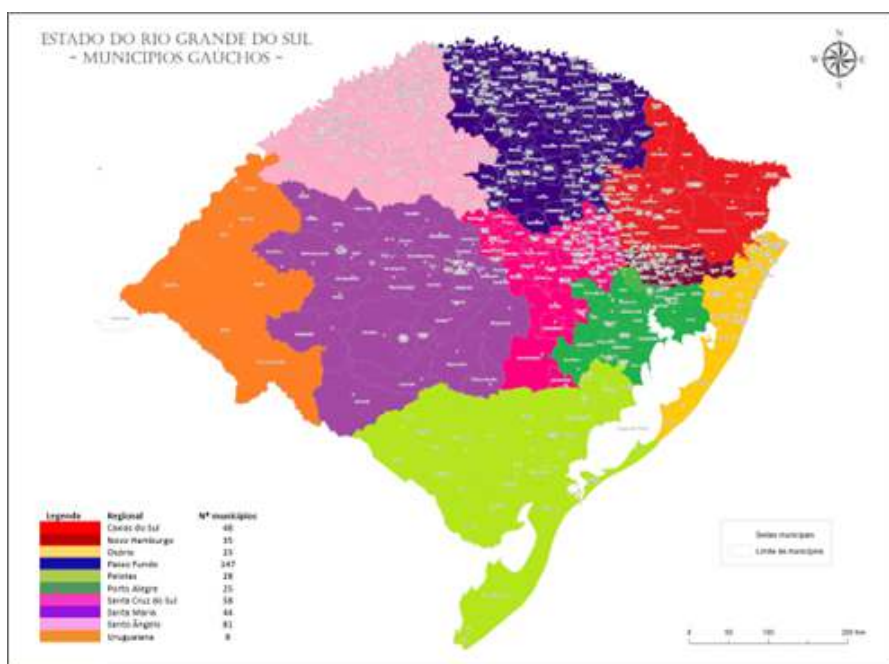
Desse modo, as fontes utilizadas são as respostas dos municípios e das Coordenadorias Regionais da Educação (vinculadas à rede estadual de ensino) correspondentes às Regionais da Educação adotadas pelo Ministério Público.

O objeto deste relatório são os dados do conjunto do Estado, ou seja, articulando os diferentes territórios.

REGIONALIZAÇÃO ADOTADA PELAS PROMOTORIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO

Os dados foram sistematizados, inicialmente, a partir dos territórios das Regionais da Educação do Ministério Público (territorialização correspondente aos Juizados Regionais da Infância e Juventude do RS). Estes foram apresentados e discutidos em 12 encontros realizados de 26/04 a 10/06/2022, conforme a territorialização das PREDUCs.

Figura 1 - Mapa com territorialização das PREDUCS



Fonte: elaboração própria.

Tabela 1 - Municípios respondentes

RESPONDENTES

Houve excelente adesão dos gestores municipais da Educação e das Coordenadorias Regionais da Educação, conforme pode ser verificado nas tabelas que seguem.

95,17%
MUNICÍPIOS

PREDOC	Total municípios/região	Respondentes	
		Nº	%
Caxias do Sul	48	47	97,92
Novo Hamburgo	35	35	100
Osório	23	21	91,3
Passo Fundo	147	146	99,32
Pelotas	28	26	92,86
Porto Alegre	25	21	84
Santa Cruz do Sul	58	50	86,21
Santa Maria	44	44	100
Santo Ângelo	81	75	92,59
Uruguaiana	8	8	100
Total	497	473	95,17

Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

96%

**COORDENADORIAS
REGIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

Tabela 2 - Coordenadorias Regionais da Educação respondentes

PREDOC	Total	Respondentes			Municípios correspondentes
		Nº	%	CRE	
Caxias do Sul	4	4	100	2ª, 4ª, 16ª, 23ª	48
Novo Hamburgo	3	3	100	2ª, 11ª, 27ª	35
Osório	1	1	100	11ª	23
Passo Fundo	8	7	87,5	3ª, 7ª, 9ª, 15ª, 20ª, 25ª, 39ª	139
Pelotas	4	4	100	5ª, 12ª, 13ª, 18ª	28
Porto Alegre	5	4	80,0	1ª, 12ª, 27ª, 28ª	24
Santa Cruz do Sul	7	7	100	2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 9ª, 24ª, 25ª	58
Santa Maria	8	8	100	5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª, 19ª, 24ª, 35ª	44
Santo Ângelo	7	7	100	9ª, 14ª, 17ª, 21ª, 32ª, 35ª, 36ª	81
Uruguaiana	3	3	100	10ª, 19ª e 35ª	8
Total	50	48	96		488

Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

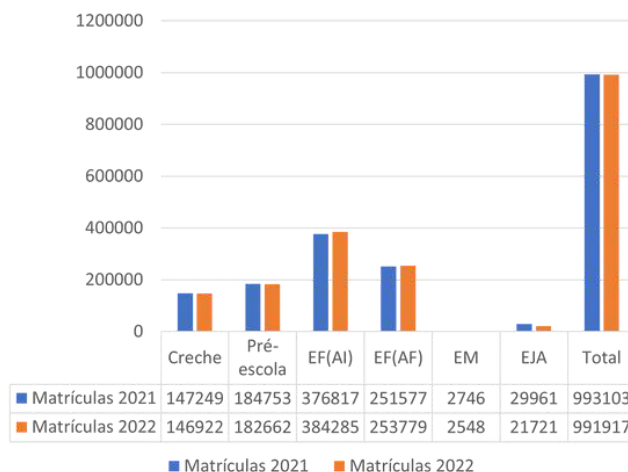
Obs.: Uma mesma CRE pode pertencer à regionalização de mais de uma PREDOC.

MOVIMENTO DAS MATRÍCULAS ENTRE 2021 E 2022

Objetivando verificar possíveis movimentos de retração ou expansão nas matrículas, entre os anos de 2021 e 2022, indagou-se aos respondentes sobre o número de matrículas por etapas e modalidades, com foco na educação básica.

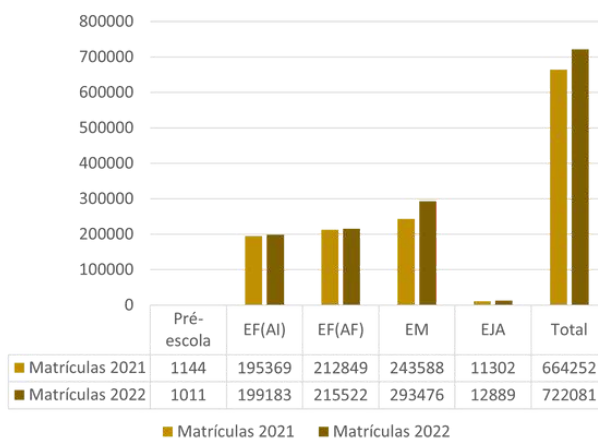
Observa-se nos gráficos 1 e 2 que as **redes municipais, em 2022, perfazem, entre os respondentes, 57,87% (991.917) do todo das matrículas**, que é de 1.713.958. Esse indicador acompanha tendência nacional de dominância da rede municipal, conforme Censo escolar de 2021 (INEP, 2021).

Gráfico 1 - Matrículas rede municipal 2021/2022



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Gráfico 2 - Matrículas rede estadual 2021/2022

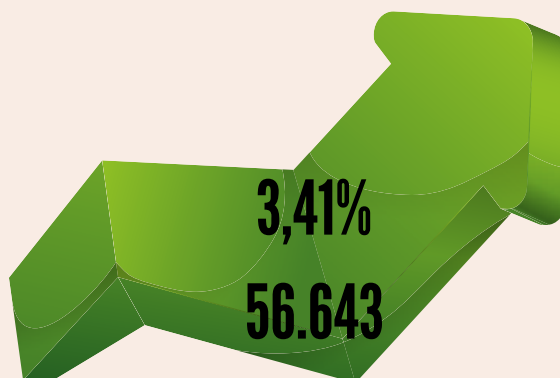


Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

TOTALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS

2021
1.657.355

2022
1.713.998



CONFORME DADOS DECLARADOS DE 95% DO TODO

MOVIMENTO DAS MATRÍCULAS POR ETAPAS/MODALIDADES

O movimento das matrículas é diferenciado entre as redes municipais e estadual de educação. As redes municipais apresentam crescimento de 2021 para 2022 no ensino fundamental (anos iniciais e finais), já a rede estadual possui indicadores superiores nas etapas ensino fundamental e médio. Também, para compreensão dos dados é necessário recordar que a educação infantil (creche e pré-escola) tem sido assumida pelos municípios, o ensino fundamental compartilhado entre municípios e mantenedora estadual e o médio tem ficado a cargo desta última predominantemente.

Tabela 3 - Matrículas municipais por etapa 2021/22

Etapas	Matrículas		
	2021	2022	
Creche	147249	146922	↓
Pré-escola	184753	182662	↓
EF(AI)	376817	384285	↑
EF(AF)	251577	253779	↑
EM	2746	2548	↓
EJA	29961	21721	↓
Total	993103	991917	

Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Tabela 4 - Matrículas estado por etapa 2021/22

Etapas	Matrículas		
	2021	2022	
Pré-escola	1144	1011	↓
EF(AI)	195369	199183	↑
EF(AF)	212849	215522	↑
EM	243588	293476	↑
EJA	11302	12889	↑
Total	664252	722081	

Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

As matrículas de 2017 a 2020 (Mapa Social/MPRS), no Estado - redes municipais e estadual -, permitem observar tendência de queda no ensino fundamental. Já no ensino médio, há elevação de 2020 para 2021. A queda de matrículas no ensino fundamental e de elevação no médio, é observada também no Brasil (BRASIL, 2021). Todavia, ainda não se dispõe dos dados nacionais de 2022 para comparar, em termos percentuais, com o apurado neste levantamento quanto ao ensino médio gaúcho entre 2021/22.

Os quadros evidenciam que a rede estadual teve o maior crescimento, com destaque ao ensino médio:

20,48%
(49.888)

A rede privada aparenta estabilidade, conforme dados do censo educacional, desse modo, improvável significativa migração desta rede para a pública no ensino médio. Assim, podem ser cogitados, para compreensão do indicador, aspectos demográficos para o crescimento de matrículas e/ou pretérito abandono, havendo retomada dos estudos com a perspectiva de arrefecimento da pandemia da Covid-19 em 2022. Vale ressaltar que, em 2019, a taxa de abandono no ensino médio foi de 5,7%, conforme censo escolar. Contudo, o problema é bem maior, conforme PNAD de 2019 (BRASIL, 2020):

O atraso ou abandono escolar atingia 12,5% dos adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% das pessoas de 15 a 17 anos. Entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11,0% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório.

CONHECER A REALIDADE PARA ENFRENTAR A EXCLUSÃO ESCOLAR

A evasão e a infrequência escolar são temas que compõem a agenda pública há muitos anos, visto que tornar a educação universal exige incidir sobre históricas desigualdades sociais.

Estudo do UNICEF sobre cenários da exclusão educacional traz que “em 2019, havia quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola no Brasil. A maioria deles, crianças de 4 e 5 anos e adolescentes de 15 a 17 anos” (BRASIL, UNICEF, 2021).

Do mesmo modo que a exclusão escolar atinge mais fortemente determinadas faixas etárias, o faz com relação a recortes de classe social, cor, etnia, repercutindo de modo desigual para pobres, pretos/pardos e indígenas. Ainda, em cada território - no estado ou no município - há recortes diferentes, entre populações rurais e urbanas, periferia e centro. Questionados, os respondentes informaram a **realização de levantamento/diagnóstico formal (escrito) sobre o abandono/infrequência nos anos de 2021/2022**, conforme os indicadores que seguem:

56% (263)
MUNICÍPIOS
e
94% (458)
MUNICÍPIOS)
CRES

Sugestões para o planejamento do conhecimento da realidade :

LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE INFREQUÊNCIA E EVASÃO EM FONTES PRIMÁRIAS (DADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE, DOS CRAS, DOS CTS, ENTRE OUTROS) E SECUNDÁRIAS (CENSO ESCOLAR - MATRÍCULAS DAS ESCOLAS NOS ANOS DE 2019/2020/2021/2022, DATASUS E CENSO POPULACIONAL - CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO), IDENTIFICANDO SUA INCIDÊNCIA POR ETAPAS DO ENSINO.

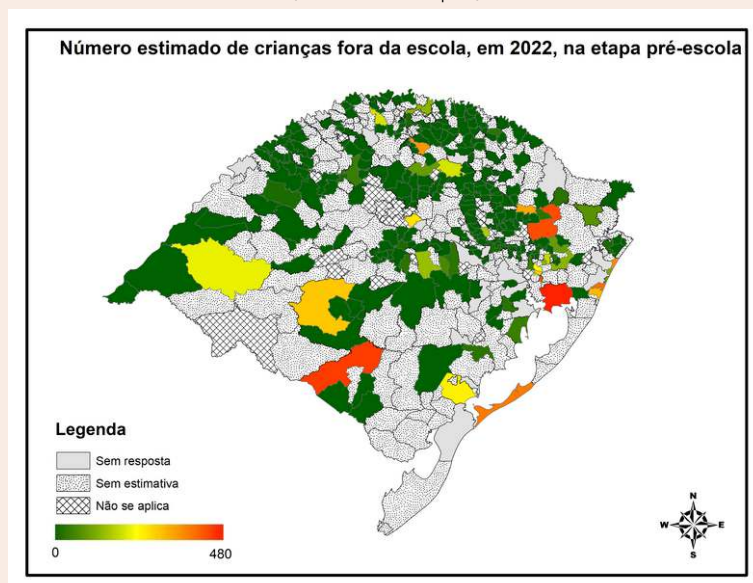
LEVANTAMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO NO CONTEXTO DA PANDEMIA (IMPRESSÕES E DADOS DA POLÍTICA DE SAÚDE, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OUTRAS).

GEOREFERENCIAMENTO DOS DADOS, OU SEJA, MAPEAMENTO DA INFREQUÊNCIA E EVASÃO CONFORME OS TERRITÓRIOS DENTRO DO MUNICÍPIO (ZONA RURAL E URBANA, BAIRROS, VILAS) SITUANDO AS ESCOLAS NOS TERRITÓRIOS.

APAGÃO DE DADOS?

Um achado relevante do levantamento é o de que, embora 56% dos municípios e 94% das CREs respondentes tenham apontado a realização de diagnóstico sobre a exclusão escolar, quando indagados sobre o número de alunos fora da escola, o indicador **SEM ESTIMATIVA** foi muito relevante. Nos municípios, a variação de ausência de estimativa foi de 36% (169) na pré-escola e 39% (186) no ensino fundamental (AI). A discrepância foi maior, contudo, nas respostas das CREs quando comparada a informação de diagnóstico e número de alunos fora da escola, com variação de 37% (18) CREs sem estimativa no ensino médio e 43% (21) no ensino fundamental (AI). Os mapas que seguem georreferenciam as informações dos municípios.

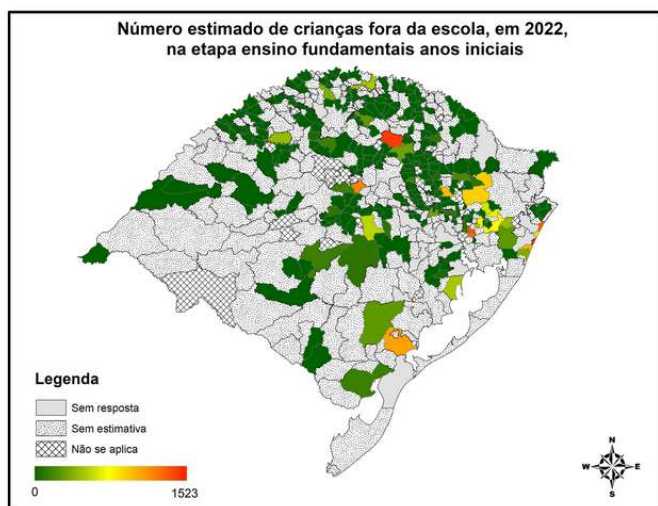
Figura 2 -Estimativa sobre alunos fora da escola na pré-escola (rede municipal)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms, com uso do ArcGIS para georeferenciamento.

1881
ESTUDANTES

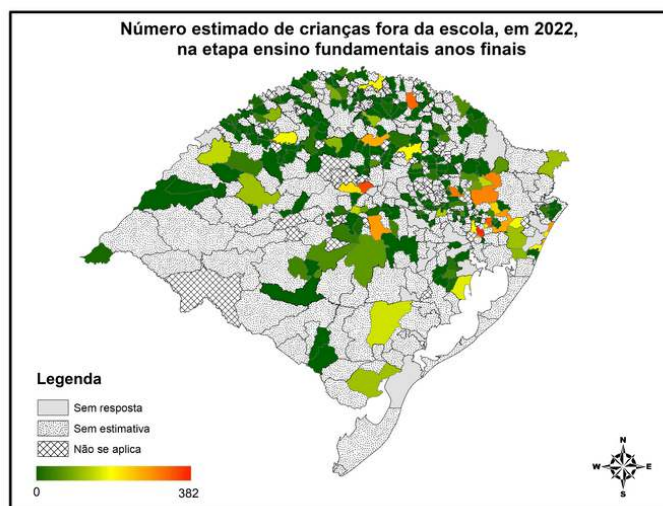
Figura 3 -Estimativa sobre alunos fora da escola ensino fundamental anos iniciais (rede municipal)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms, com uso do ArcGIS para georeferenciamento.

3642
ESTUDANTES

Figura 4 -Estimativa sobre alunos fora da escola ensino fundamental anos finais (rede municipal)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms, com uso do ArcGIS para georeferenciamento.

1544
ESTUDANTES

EXCLUSÃO ESCOLAR NAS DUAS REDES

Ao lado, tem-se o quadro dos estudantes **fora da escola** nas duas redes por etapa/modalidade, adotou-se como critério apenas as etapas obrigatórias, por isso a creche não consta na Tabela 5. Os indicadores mais relevantes estão no ensino fundamental (anos iniciais) da rede municipal e no ensino fundamental (anos finais) e médio da rede estadual. Considerando que a busca ativa escolar e o trabalho intersetorial vem sendo trabalhado pelas Promotorias Regionais da Educação, mesmo preteritamente à pandemia, questionou-se sobre os possíveis **retornos com a busca ativa escolar**, demonstrados na Tabela 6.

Tabela 5 - Estudantes fora da escola (rede municipal e estadual)

Etapa/modalidade	Estudantes fora da escola	
	Municipal	Estadual
Pré-escola	1881	0
EF(AI)	3642	1605
EF(AF)	1544	2572
EM	57	4625
EJA Fundamental	107	1789
Total	7231	10591

Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

15.926
NA EDUCAÇÃO BÁSICA
OBRIGATÓRIA
(PRÉ-ESCOLA, ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO)

E COM A BUSCA ATIVA?

Tabela 6 - Estudantes fora da escola e retornos (redes municipais e estadual)

Etapa/modalidade	Estudantes fora da escola		Retornos	
	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual
Pré-escola	1881	0	1278	24
EF(AI)	3642	1605	3061	3765
EF(AF)	1544	2572	2806	4832
EM	57	4625	200	7061
EJA Fundamental	107	1789	182	808
Total	7231	10591	7527	16490

Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

A Tabela 6 traz o número de alunos fora da escolar e os que retornaram a partir da busca ativa escolar nas duas redes. Conforme se observa **o número de retornos foi superior aos que foram identificados fora da escola.**

Somam 23.027 alunos retornantes



POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES PARA O NÚMERO DE RETORNANTES

Tendo em vista que os dados colhidos partem da autodeclaração de gestores municipais e estaduais da Política de Educação, sem detalhamentos qualitativos, o indicador superior de retorno ao que foi informado como fora da escola, pode ensejar múltiplos significados, sendo aventado:

- Os informantes podem ter feito o cálculo da diferença entre matrículas de 2021 e 2022, sem necessariamente cotejar nominalmente os que estavam fora e os ingressantes;
- Pode ensejar transferências entre redes - públicas entre si e da privada para públicas -.

De qualquer modo, o indicador, aparentemente, demonstra **efeitos da busca ativa escolar de 2021 para 2022**, quando as atividades presenciais nas escolas já estavam sendo retomadas.



Afinal, o que é busca ativa escolar?

O termo **busca ativa escolar**, muitas vezes, é utilizado de modo apartado de seu sentido no contexto das políticas públicas. Este foi utilizado primeiramente na política pública de **Saúde**, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse caso, a busca ativa denota uma postura política de trabalho no território, sendo política na medida em que expressa uma direção nítida dos profissionais da saúde em prol da oferta desta de modo universalizado e integral. O território, por seu turno, é compreendido como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...] convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p. 104 e 105). Desse modo, **a busca ativa é estratégia que revela a intencionalidade de aproximação do serviço às necessidades da população, a partir de sua realidade concreta, que se desenrola no território vivo, com conflitos, serviços, interfaces, potencialidades e limites.**

CAMINHOS DA BUSCA ATIVA NAS POLÍTICAS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando a perspectiva da proatividade, a **Política de Saúde** vem utilizando a estratégia da busca ativa, nas ações de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador, revelando o movimento de ir à procura de indivíduos com o fim de uma “identificação sintomática”, principalmente das doenças e agravos de notificação compulsória (BRASIL, 2001). Assim, a busca ativa se coloca na contracorrente do automatismo da demanda espontânea, no sentido de cartografar as necessidades de saúde para além dos agravos de notificação compulsória de determinado território, revelando uma postura ativa dos profissionais da saúde nos serviços.

A **Política de Assistência Social** também faz uso da busca ativa, conceituando-a em seus documentos norteadores como um instrumento que conduz o Estado ao indivíduo que não usufrui de determinados serviços públicos e/ou vive fora de qualquer rede de proteção e promoção social. Supera a atuação pautada exclusivamente na demanda espontânea (GESUAS). No escopo desta Política, a busca ativa favorece a inclusão, no Cadastro Único, de famílias que vivem em circunstâncias de privação socioeconômica, retroalimentando as ações a serem desenvolvidas pelos CRAS e CREAS.

CONSTRUINDO A BUSCA ATIVA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Na **Política de Educação** o termo busca ativa tem sido utilizado mais recentemente, sendo importante para sua propagação o trabalho desenvolvido pelo UNICEF. O Fundo das Nações Unidas traz a busca ativa como “estratégia composta por uma metodologia social [...] fortalecimento da intersectorialidade entre as políticas e os serviços públicos, na promoção da atuação comunitária e familiar, bem como no fomento ao regime de colaboração entre os entes federados” (UNICEF, 2021).



Ainda, destaca-se que a busca ativa requer o envolvimento **intersetorial** de políticas públicas sociais, dos órgãos do Sistema de Justiça, bem como da sociedade civil como um todo, perspectiva assentada no trabalho em **rede**. Nesse sentido, o trabalho em rede vem sendo perseguido há muitos anos por diversos serviços vinculados aos territórios, ao qual tem se somado o Ministério Público, em especial, a partir do trabalho das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e das Promotorias Regionais da Educação.

ARTICULANDO REDES PARA A BUSCA ATIVA ESCOLAR

No presente contexto, ainda pandêmico, a **busca ativa** se coloca de modo imperioso, como estratégia para enfrentamento de uma **situação de crise**. Mesmo que venham sendo empreendidos esforços na realização de distintas formas de busca ativa, hoje, é preciso otimizar e ampliar tais movimentos, haja vista os indicadores negativos aqui compartilhados.

A rede intersetorial é também uma estratégia de trabalho social que visa à articulação, à integração, ao planejamento e à execução conjunta de ações que façam o enfrentamento dos problemas que afligem determinadas coletividades. **No âmbito da administração pública, a atuação em rede é uma estratégia de gestão.** Portanto, no enfrentamento à evasão e não acesso à escola, busca ativa e trabalho em rede são complementares e inter-relacionados.

A busca ativa escolar está prevista no PNE em todas as etapas da educação básica, bem como para a educação de jovens e adultos.

Busca ativa escolar no Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Previsões sobre a busca ativa escolar conforme metas do Plano Nacional de Educação (PNE):

1.15) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos (Meta 1 – **educação infantil**);

2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (Meta 2 – **ensino fundamental**);

3.9) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude (Meta 3 – **ensino médio**);

8.6) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados (população negra), em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

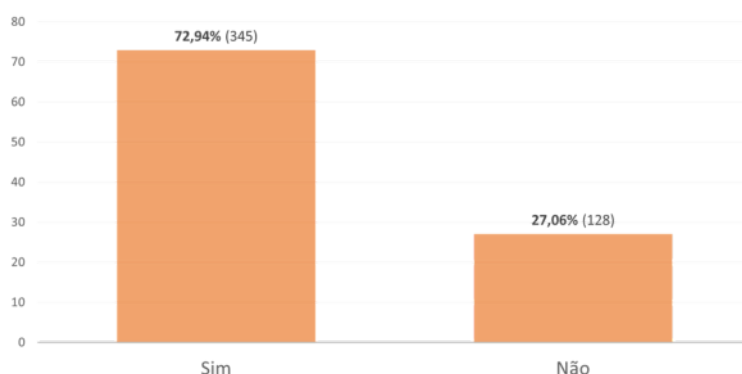
BUSCA ATIVA COMO ESTRATÉGIA ATIVA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O conhecimento da realidade sobre as crianças e adolescentes fora da escola permite o diagnóstico do problema, sua amplitude e dimensões, a partir de indicadores qualitativos e quantitativos, bem como das forças e fragilidades das políticas públicas locais. Só mudamos o que conhecemos!

Nesta fase, sugere-se eleger os problemas a serem enfrentados, criando objetivos que permitam sua superação ou mitigação. Para cada objetivo, são necessárias ações, ou seja, os movimentos concretos que permitirão pôr em prática o objetivo almejado. Já as metas, quantificam o que se quer atingir com o objetivo.

A depender da realidade de cada município, pode ser estratégica a **mobilização da comunidade** para alcançar sucesso na inclusão escolar. Desse modo, foi indagado aos gestores municipais sobre a realização da mobilização da comunidade, colhendo-se o indicado no Gráfico 3 a seguir.

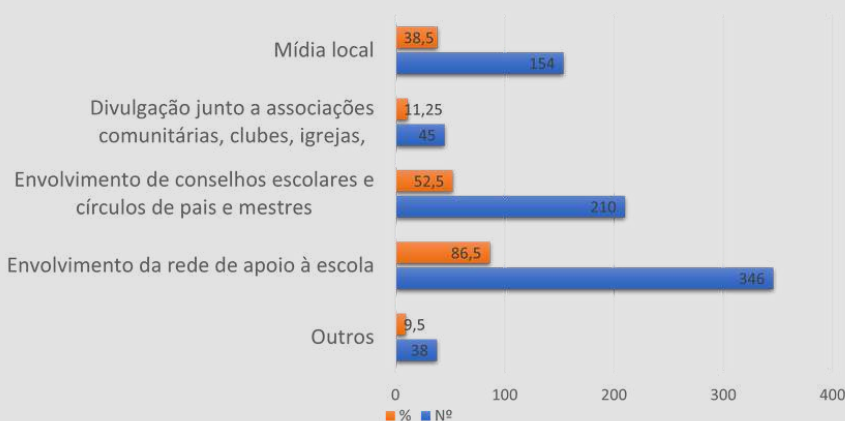
Gráfico 3 - Mobilização da comunidade (municípios)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Formas de mobilização acionadas pelos municípios

Gráfico 4 - Mobilização da comunidade (municípios)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Formas de mobilização centradas na escola e sua rede mais direta

VISITAS NO DOMICÍLIO PARA A BUSCA ATIVA ESCOLAR

Considerando que a busca ativa pressupõe o movimento ativo do serviço público, indagou-se às redes municipais, dada sua capilaridade nos territórios e relação direta com a gestão pública local, sobre a designação de visitadores para a busca ativa escolar.

75%.(356)
COM VISITADORES

Gráfico 5 - Profissionais que realizam visitas (municípios)



Obs.: Dados sobre 371 municípios.

BUSCA ATIVA ESCOLAR E FICAI

Busca ativa escolar e a Ficha de Informação do Aluno Infrequente (FICAI) não são temas estranhos entre si. O alcance do objetivo de permanência de todos na escola vem demandando esforços das redes de ensino, sendo desafio e meta ao mesmo tempo, estando contemplado desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) até o Plano Nacional da Educação (Lei 13.005/2014). No caso específico do Rio Grande do Sul, a partir de esforços capitaneados pelo Ministério Público, em 1997, na capital, foi criada a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), instrumento formulado a fim de contribuir no processo de enfrentamento à evasão e à infrequência.

A FICAI, ao longo do tempo, sofreu reelaborações, sendo em 2011, remodelada de modo a instigar a constituição do trabalho em redes intersetoriais, as chamadas redes de apoio à escola (RAEs); em 2015, foi adotado o formato on-line ainda hoje vigente.

A pandemia da Covid-19 veio a aumentar o contingente de crianças e adolescentes fora da escola, agravando os indicadores relacionados à infrequência, abandono e não acesso. Nesse contexto, encontra-se em gestação a ATUALIZAÇÃO DA FICAI (FICAI 4.0) a partir das novas tecnologias disponíveis, no formato de aplicativo, com a modificação das interfaces interinstitucionais, de modo a favorecer o trabalho cooperativo em rede, a partir de desenho circular de fluxos e de sistema de portas abertas.

POSSIBILIDADES DE INCREMENTO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR



A busca ativa escolar evidentemente é uma estratégia a ser desenvolvida diante de um problema - a EXCLUSÃO ESCOLAR -, que está afeto a diversos determinantes. O Estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios, com portes e realidades sociais bastante diversas. Desse modo, é possível que um município de pequeno porte não tenha situações de abandono escolar ou, até mesmo, de infrequência. Assim, o desenvolvimento da estratégia da busca ativa está correlacionado à existência do fenômeno EXCLUSÃO ESCOLAR.

Sabe-se que o enfrentamento de problemas complexos requer estratégias coletivas e abrangentes. Para tanto, a título de sugestão, seguem alguns tópicos a serem considerados nos processos de planejamento locais para o enfrentamento à exclusão escolar.

Planejando a busca ativa escolar

**TÓPICO 1 - MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE:
REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EM DEFESA
DO DIREITO À EDUCAÇÃO, COM MATRÍCULA
E FREQUÊNCIA DE TODAS AS CRIANÇAS;
OFERTA DE NÚMERO DE TELEFONE DA
COMISSÃO DA REDE DE APOIO À ESCOLA
(RAE) PARA QUE A COMUNIDADE POSSA
INFORMAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NÃO INSERIDOS NA ESCOLA.**

Planejando a busca ativa escolar

- TÓPICO 2 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR NA REDE INTERSETORIAL (RAE):

- incremento das redes intersetoriais, também chamadas de redes de apoio à escola (RAE), com a formação de uma comissão ou grupo da busca ativa escolar, o qual gerenciará a busca ativa escolar.

- realização de reuniões sistemáticas da RAE (no mínimo mensais); socialização do diagnóstico efetuado; definição dos integrantes da comissão da busca ativa; definição de sistemática para reuniões da comissão; definição e pactuação do fluxo da busca ativa; estudos sobre o tema (leitura de textos, vídeos, relatos de experiências, entre outras estratégias de formação).

- uso de recursos informatizados para a organização da busca ativa, visando à instantaneidade da informação, o que pode ser alcançado de diversas maneiras: plataforma do UNICEF; planilha em Drive, associada à rede social como whatsapp; entre outros, até que a FICAI possa estar adaptada às demandas da busca ativa escolar.

- capacitação dos profissionais da educação com relação à busca ativa escolar, sempre que possível de modo articulado com as Universidades locais.

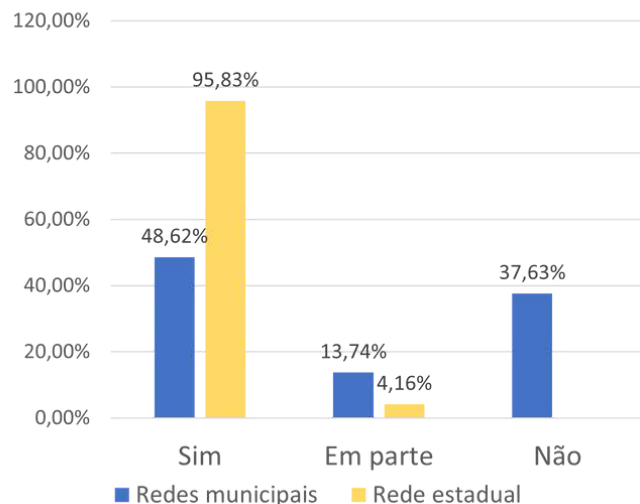
- TÓPICO 3 - NORMATIZAÇÃO PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

- TÓPICO 4 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.

RECURSOS INFORMATIZADOS PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR

Essencial, no âmbito da sociedade informacional, que os recursos disponíveis para a busca ativa escolar acompanhem os processos tecnológicos disponíveis. Nesse caso, os dados do Gráfico 6 evidenciam que a rede estadual indicou maior aparelhamento tecnológico, quando 95,83% dos gestores das CREs informaram positivamente; diferentemente da municipal, na qual apenas 48,62% acenaram com a disponibilidade desses recursos.

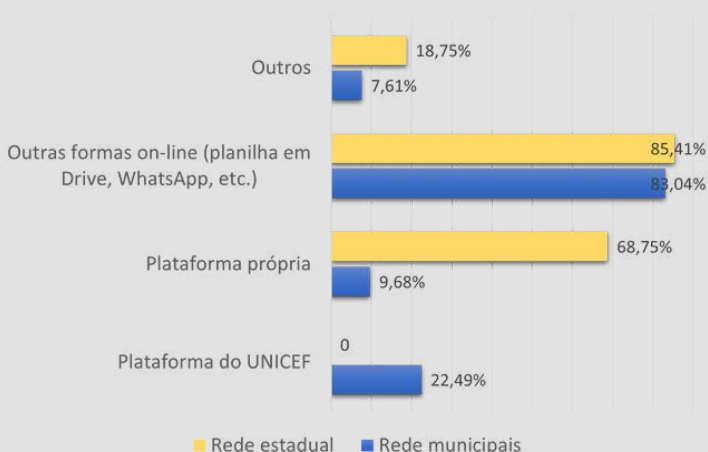
Gráfico 6 - Disponibilidade de recursos informatizados para a busca ativa escolar (redes municipais e estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Quais recursos tecnológicos?

Gráfico 7 - Tipo de recursos tecnológico disponível (redes municipais e estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Observa-se no Gráfico 7 que os recursos utilizados são, predominantemente, os disponíveis de modo gratuito (planilhas em Drive e whatsapp). A oferta de plataforma própria é informada por 68,75% da rede estadual e 9,68% da municipal. Já a adesão à busca ativa do UNICEF ocorreu em apenas 22,49% dos municípios, não se apresentando, até o momento, como alternativa corrente. Os dados apurados demonstram a necessidade existente para o aprimoramento da FICAI, adequando-a em termos tecnológicos e à metodologia da busca ativa. DESSE MODO, A REFORMULAÇÃO EM CURSO PARA APRESENTAÇÃO DA FICAI 4.0, EM 2023, APRESENTA POTENCIAL IMPORTANTE.

BUSCA ATIVA ESCOLAR COM RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS

As atividades oferecidas, em 2020 e 2021, foram, em muitas escolas, precárias, pois mantidas por meio de materiais impressos enviados/retirados quinzenalmente e/ou remetidas por whatsapp. Algumas redes que já vinham em processos mais largos de conectividade, instituíram plataformas e adquiriram/ofereceram pacotes de internet patrocinada e equipamentos a alunos e professores, em realidades nas quais as condições de acesso ao meio virtual ainda são limitadas. Conforme pesquisa da UNDIME (2021), tais movimentos foram característicos de parte dos municípios com mais de 100 mil habitantes. A referida pesquisa colheu, ainda, com respondentes de 66,9% (3.672) dos municípios brasileiros, responsáveis por 65,9% (14.789.830) das matrículas, que, em 2020, 91,9% das redes realizaram apenas atividades **não presenciais** (BRASIL, UNDIME, 2021, grifo nosso).

Esse cenário de distanciamento físico e emocional entre os alunos e a instituição escolar com seus significativos - direções, coordenações, professores e demais profissionais -, por certo, incidiu na desmotivação e distanciamento afetivo dos estudantes para com a escola. Além disso, o quadro econômico e social que atravessa o país também repercute no agravamento das condições de sobrevivência das famílias e, com isso, em indicadores sociais negativos, como o trabalho infantil, insegurança alimentar, violência doméstica, entre outros. Nessa contextura, o UNICEF identificou em pesquisa própria que

[...] em novembro de 2020, portanto ao final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil (BRASIL, UNICEF, 2021).

Recuperação
das
aprendizagens



DESAFIOS DAS ESCOLAS

Se a busca ativa é um desafio intersetorial e compartilhado com o conjunto da sociedade civil e famílias, há outro, de enorme magnitude, que é exclusivo da instituição escolar. **A escola tem o papel de favorecer e constituir as condições para os processos de ensino-aprendizagem.** Não obstante, diante das previsíveis fragilidades dos processos de aprendizagens nos anos de 2020 e 2021, dado o quadro já exposto, onde mesmo aqueles que não se desvincularam da escola, possivelmente não tenham desenvolvido o necessário ou o projetado para seu ciclo ou ano, **são demandadas estratégias de recuperação/aceleração da aprendizagem.**

A esse respeito, a Lei 9.394/96 (LDB) estabelece a obrigação legal de o estabelecimento de ensino e o educador zelarem pelo aperfeiçoamento da prática de ensino e aprendizagem, com trabalho diferenciado aos alunos mais vulneráveis, trazendo entre os dispositivos do art. 12 - V, “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” e do art. 13, incisos III e IV, “zelar pela aprendizagem dos alunos [...] estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”.

O tema da recuperação de aprendizagens não é novo, haja vista que a Escola vem se deparando com a exclusão de alunos desde que se propôs à universalização do acesso. Com isso, foram implementadas experiências em diversas redes, conhecidas como estratégias de “aceleração”, projetos de enfrentamento à distorção idade-série ou de correção de fluxo. O fato é que, com a pandemia da Covid-19, as circunstâncias e a dimensão do problema se ampliaram como visto nos dados aqui apresentados, o que impõe tratar a **recuperação de aprendizagens como estratégia planejada incorporada ao cotidiano da escola**, superando a perspectiva de um projeto específico, tantas vezes apartado do todo.

DIAGNÓSTICO DE APRENDIZAGENS NA PANDEMIA DA COVID-19

Do mesmo modo que na exclusão escolar é preciso o diagnóstico, ou seja, o CONHECIMENTO DA REALIDADE, nas aprendizagens este é elementar para o desenvolvimento das estratégias adequadas para a recuperação ou recomposição das aprendizagens. Por isso, no levantamento, os gestores foram indagados sobre a sua realização.

Colheram-se os seguintes indicadores sobre a **realização do diagnóstico pelas redes:**

95,83% (46)
DAS CRES
86,26% (408)
DOS MUNICÍPIOS

Outros informaram ter realizado em parte, sendo 10,57% (50) dos municípios e 4,17% (2) das CRES.

QUANTOS SÃO OS/AS ESTUDANTES QUE NECESSITAM DE RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS?

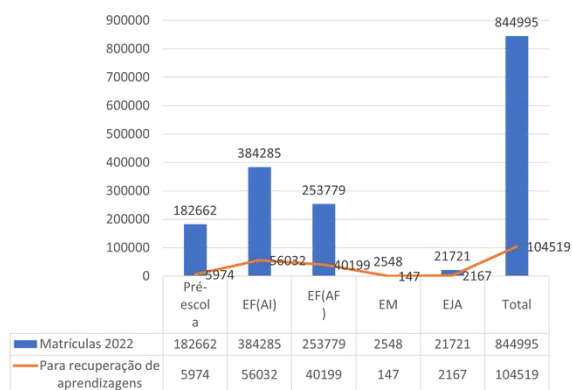
Embora o número de gestores municipais e estaduais que informaram a realização de diagnóstico das aprendizagens de 2021/22 tenha sido significativo, o mesmo não ocorreu com relação à informação do número de estudantes que necessita de estratégias específicas para recomposição ou recuperação de aprendizagens.

MUNICÍPIOS SEM ESTIMATIVA:
31,29% (148) no EF (anos iniciais)
34,88% (165) no EF (anos finais)

CRES SEM ESTIMATIVA:
60,41% (29) no EF (anos iniciais)
58,33% (28) no EF (anos finais) e no EM

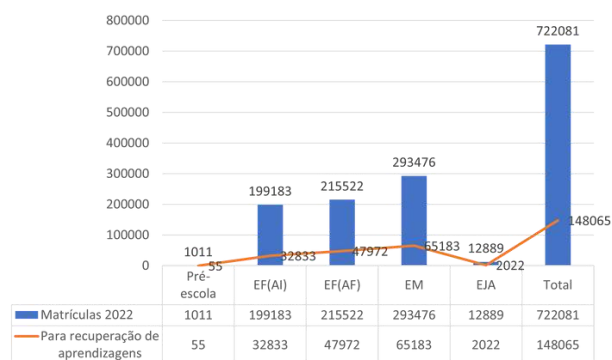
DADOS ESTIMADOS

Gráfico 8 - Estudantes que necessitam de recuperação de aprendizagens (redes municipais)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Gráfico 9 - Estudantes que necessitam de recuperação de aprendizagens (rede estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

NECESSITAM DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS (DADOS ESTIMADOS):

12,37% (104.519) rede municipal
20,50% (148.065) rede estadual

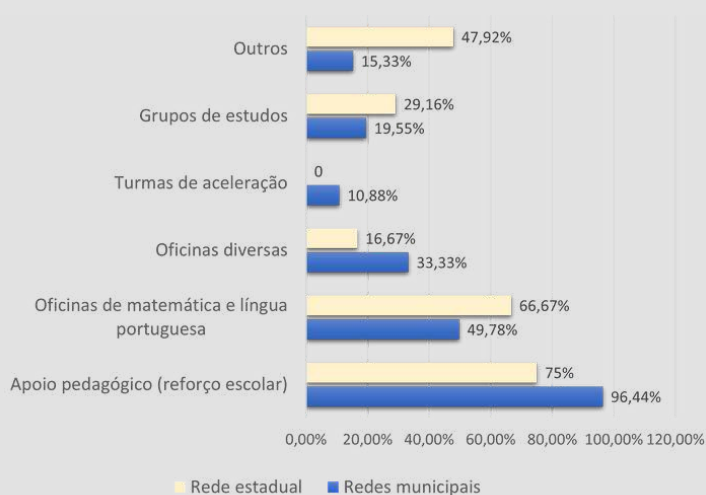
DESAFIOS DA RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS

A recuperação de aprendizagens, por certo, é tema que mobiliza estudiosos da educação, pois remete aos complexos processos de ensino-aprendizagens, assim como aos modos, tempos e formas como a escola se organiza. Souza (1999) enumera alguns dos desafios, referindo-se a experiências de aceleração de aprendizagens, as quais muitas vezes são efetuadas em paralelo ao modus operandi da escola, sem promover mudanças metodológicas mais profundas.

[...] a exclusão escolar é um processo incrustrado no interior da escola, pois as representações das práticas pedagógicas estão tão interligadas ou fundamentadas em processos que promovem seleção, hierarquização de alunos e conseqüente exclusão, que as ações de reintegração, quando propostas, acabam ocorrendo paralelamente à rotina escolar, sem exigir que a escola realize grandes modificações. [...] Os programas de aceleração têm o propósito de desenvolver ações que permitam a integração ou reintegração de alunos excluídos da escola no processo de escolarização regular. São, nesse sentido, programas que permitiriam à escola legitimar sua função se os alunos egressos desses programas viessem a ser realmente incluídos. No entanto, ao serem implantados, sem a proposição de mudanças fundamentais que conduzam à aceitação da diversidade, de novos valores, de novas práticas pedagógicas os programas restringem-se à fronteira da mudança da escola como possibilidade real de inclusão dos alunos e assim também reduzem sua atuação (SOUZA, 1999, p. 93).

Quais estratégias estão sendo desenvolvidas?

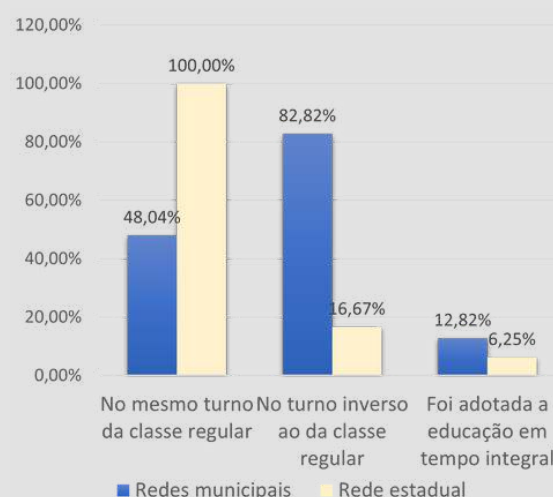
Gráfico 10 - Estratégias para recuperação de aprendizagem (redes municipais e estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Obs.: Dados sobre 450 municípios e 48 CREs

Gráfico 11 - Turno de realização das estratégias (redes municipais e estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Obs.: Dados sobre 460 municípios e 48 CREs



AS ESTRATÉGIAS EM CURSO ATENDERÃO ÀS DIMENSÕES DO FENÔMENO?

Os dados dos gráficos 10 e 11 indicam que:

As estratégias mais usadas são o apoio pedagógico (ênfase nos municípios) e oficinas de matemática e língua portuguesa (ênfase na rede estadual). A aceleração de aprendizagens ou os programas de correção de fluxo têm baixo indicador.

Os municípios usam em maior escala a execução das estratégias no turno inverso. A rede estadual desenvolve somente atividades no mesmo turno de aula.

Discutindo o problema no âmbito mundial, mas com olhar atento aos países em desenvolvimento, o UNICEF produziu estudo no qual recomenda que as ações de recuperação de aprendizagem tenham os seguintes focos: **consolidação do currículo; extensão do tempo de instrução e melhoria da eficiência da aprendizagem** (UNICEF, 2022).

O Conselho Nacional de Educação, no parecer nº 6/2021, indica a priorização de certos aspectos com vista ao retorno à presencialidade:

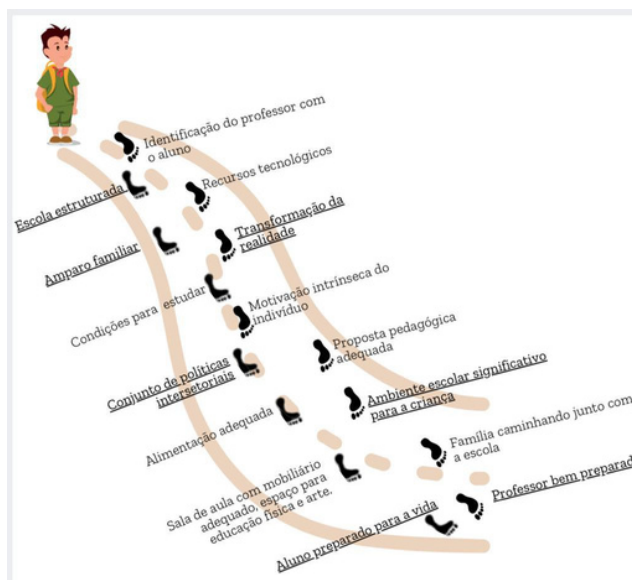
1. Respeito aos protocolos sanitários locais e prioridade ao processo de vacinação dos profissionais de educação; 2. Reorganização dos calendários escolares considerando a flexibilização dos 200 (duzentos) dias letivos como definido no artigo 31 da Resolução CNE/CP nº 2/2020; 3. Busca ativa de estudantes; 4. **Avaliações diagnósticas para orientar a recuperação das aprendizagens**; 5. **Replanejamento curricular considerando o contínuo curricular 2020-2021-2022**; 6. Manutenção das atividades remotas intercaladas com atividades presenciais quando necessário; 7. **Adoção de estratégias de aprendizagem híbrida e uso de tecnologias para complementar as aulas presenciais**; 8. **Formação continuada de professores**; 9. Articulação entre os três níveis de governo para assegurar o acesso dos estudantes às atividades remotas e melhoria da conectividade/acesso às tecnologias; e 10. Revisão dos critérios de promoção. (BRASIL, CNE, 2021, grifo nosso).

POSSIBILIDADES DE CORREÇÃO DE FLUXO E SUAS CONEXÕES COM A RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS



Em estudo realizado sobre a distorção idade-ano, por Chiapinoto e Lunardi (2022), com base nas experiências da rede municipal de Santa Maria (RS), são produzidas reflexões e estratégias interessantes para subsidiar as escolhas técnico-políticas das redes para a recuperação das aprendizagens. A pesquisa das autoras teve escopo na defasagem gerada pela retenção/reprovação, porém os dados alcançados iluminam o debate da recuperação ou recomposição das aprendizagens. São indentificados, nessa linha, tantos aspectos internos às redes escolares, quanto dimensões exógenas, ou seja, aquelas relacionadas ao convívio familiar e comunitário, bem como às condições objetivas de vida.

Figura 5 - Fatores que influenciam no sucesso escolar



Fonte: Chiapinoto e Lunardi (2022, p. 29).

As autoras concluem que o planejamento das redes a ser privilegiado é o preventivo ao invés do reparador de um problema já constituído, sugerem algumas estratégias:

"- Criação do Bloco Pedagógico de Alfabetização;

- Garantia de vagas em escolas públicas para crianças a partir de 4 anos;
- Controle da frequência dos estudantes;
- Avaliação diagnóstica;

- Ampliação da carga horária diária escolar (educação em tempo integral);
- Transformação da escola em um espaço atrativo, agradável, estimulante;

- Criação de parcerias intersetoriais como Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Cultura, Secretaria de Transporte...

- Programas institucionais de Correção de Fluxo escolar adequado a cada realidade;
- Investimento em material didático e material pedagógico como jogos e diferentes recursos educacionais" (Chiapinoto e Lunardi, 2022, p. 28).

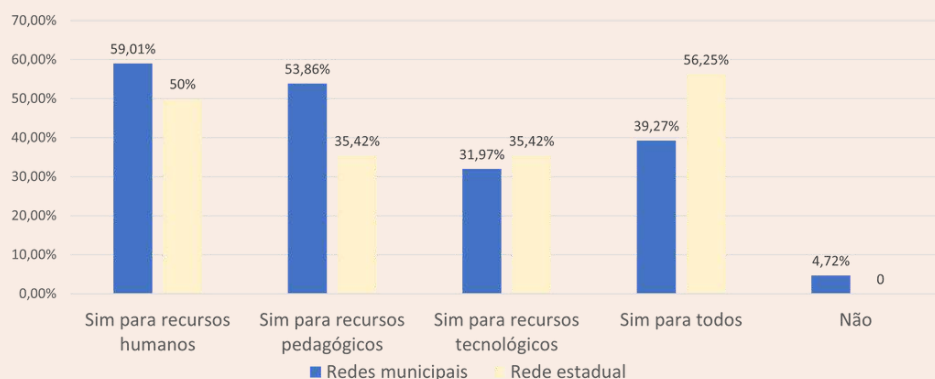
As autoras indicam que uma trajetória de sucesso escolar pode ser conceituada como:

"percurso formativo que alunos trilham vinculados a uma instituição de ensino em forma de progressão crescente, onde desenvolvem saberes acumulados historicamente pela sociedade e também valores éticos que os tornam pessoas críticas e agentes de transformação social" (Chiapinoto e Lunardi, 2022, p. 29).

PLANEJAMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS

Diante do adequado diagnóstico da realidade dos/as estudantes com relação às aprendizagens, é o momento da construção do planejamento. A planificação do trabalho é necessária, inclusive, para a previsão e alocação dos recursos necessários. No gráfico 12, ao lado tem-se o apontamento dos respondentes sobre os recursos disponibilizados.

Gráfico 12 - Alocação de recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos para recuperação de aprendizagens (redes municipais e estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Obs. Dados sobre 466 municípios e 48 CREs

Sugestões para o planejamento da recuperação de aprendizagens

a) Com base nos diagnósticos individuais dos alunos retornantes/inseridos na escola, prever as estratégias de recuperação de aprendizagem que, a depender do quantitativo de alunos nessa condição, podem ser individuais ou coletivas, em todas as escolas ou em algumas escolas;

b) definição das escolas a serem atingidas e número de alunos beneficiados;

c) alocação dos recursos humanos necessários (contratação, concurso, remanejamento);

d) destinação de recursos materiais necessários à recuperação de aprendizagens (insumos pedagógicos, salas de aula, suportes tecnológicos, entre outros);

e) capacitação dos professores quanto aos processos pedagógicos mais favoráveis à recuperação de aprendizagens;

f) destinação de assessoria e supervisão às escolas para as experiências de recuperação de aprendizagens;

g) compartilhamento com os profissionais da educação de todos os fluxos da busca ativa escolar;

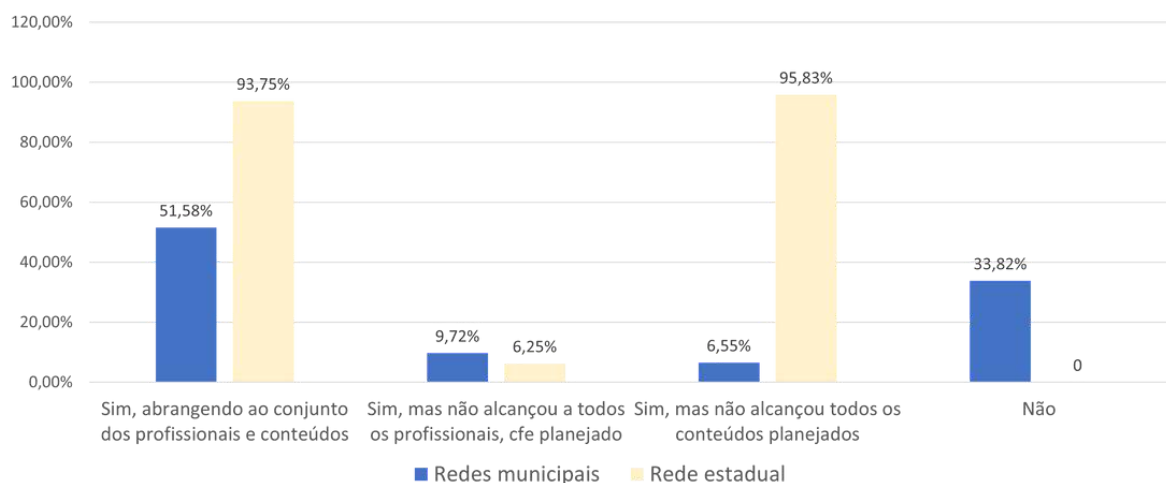
h) normatização pelos Conselhos Municipais de Educação;

i) monitoramento e avaliação.

PLANEJANDO A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS: A CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES/AS

Um dos requisitos para o desenvolvimento dos processos de recuperação de aprendizagens é a capacitação dos professores/as. Nessa linha, observa-se, nos dados colhidos, que a rede estadual demonstrou indicadores mais potentes. Já no âmbito dos municípios os processos foram desencadeados por pouco mais da metade, conforme segue:

Gráfico 13 - Capacitação de professores/as para a recuperação de aprendizagens (redes municipais e estadual)

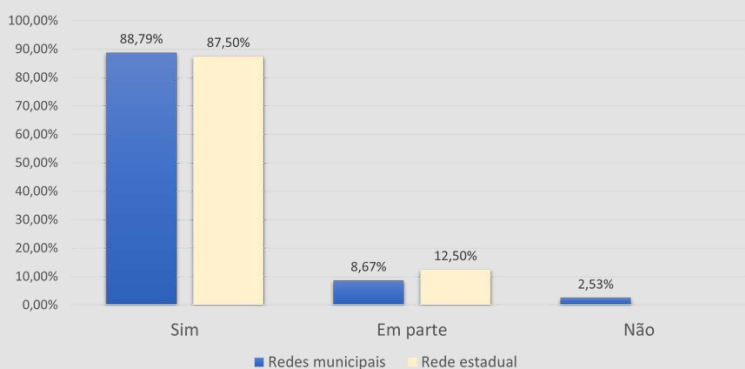


Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

OFERTA DE SUPERVISÃO PARA A RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS

Os processos de supervisão aos professores que estão no cotidiano da escola desenvolvendo a recuperação das aprendizagens se reveste de muita importância. A supervisão favorecerá o alinhamento, a criação de espaços de troca e compartilhamento de conhecimentos, ampliando a construção de alternativas com os próprios profissionais da rede local, bem como potencializará o estudo e educação permanente das equipes. Nessa linha, mais de 85% dos respondentes nas duas redes informaram positivamente a essa questão.

Gráfico 14 - Oferta de supervisão (redes municipais e estadual)



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

SÍNTESES SOBRE A INFRAESTRUTURA PARA A RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Os dados colhidos oferecem norte para os processos de planejamento e para a identificação coletiva das lacunas e defasagens a serem enfrentadas.

a) Os recursos tecnológicos figuram como os mais escassos nas duas redes.

b) Apenas 39,27% dos municípios assinalaram positivamente para a alocação de recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos, ao passo que o fizeram, 56,25% das CREs.

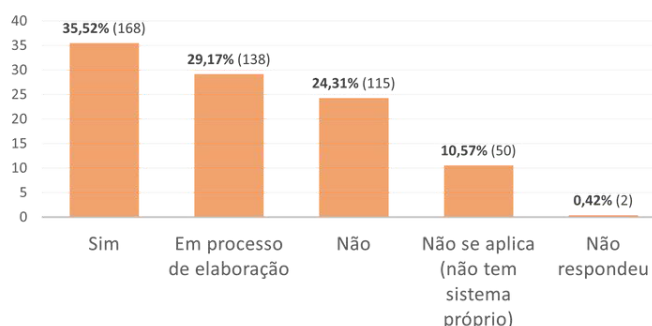
c) Os processos de formação aos professores, conforme informado, foram ofertados ao conjuntos dos docentes por pouco mais da metade das redes municipais; em outra via, as CREs informaram indicador superior a 90%.

d) A supervisão é ofertada por ambas as redes com indicador superior a 85%.

E OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?

Os CMEs têm papel relevante tanto na busca ativa escolar, quanto na recuperação de aprendizagens. Conforme pode ser visto no Gráfico 15, entre os que realizaram ou estão em processo de normatização, tem-se 64,69% (306) dos CMEs, o que evidencia o movimento que tem havido por este segmento, e, ao mesmo tempo, o caminho que ainda precisa ser trilhado.

Gráfico 15 - Normatização pelos CMEs



Fonte: elaborado a partir de planilha Excel adaptada a partir do questionário enviado pelo Google Forms.

Tecendo percurso(s)...

O Ministério Público do Rio Grande do Sul tem a atuação junto à Política de Educação como estratégica, compreendendo que o acesso ao conhecimento socialmente acumulado pela humanidade e o desenvolvimento pleno de habilidades e competências de crianças e adolescentes é um bem social de valor inestimável, para um presente e um futuro digno para todos/as.

Nessa esteira, foram criadas as Promotorias Regionais da Educação, visando especializar a atuação institucional na exigibilidade desse direito social. Essa caminhada institucional que já tem uma história no Rio Grande do Sul, nas 10 regionais da Educação, vem sendo partilhada com um conjunto de atores e segmentos que têm propósitos comuns. Não seria diferente no momento em que a Educação sofreu e ainda vivencia tantos revezes, dado o contexto da pandemia da Covid-19.

Instigados pelas circunstâncias da Educação durante a pandemia e pela escuta atenta de gestores e profissionais da Política, pactuou-se, como referido, com 17 instituições representativas do Estado e da sociedade civil, em fevereiro de 2022, Termo de Cooperação Interinstitucional que desenha um conjunto de compromissos comuns entre os signatários para que, coletivamente, façamos frente aos desafios postos à Educação.

O Comitê Gestor Estadual responsável por dar vida ao pacto firmado vem desdobrando os conteúdos pactuados em um plano de trabalho, para o qual todas as instituições partícipes tem contribuído.

O mapeamento aqui exposto faz parte desse esforço coletivo, no sentido de contribuir para que trabalhem com indicadores e informações confiáveis que auxiliem no planejamento dos trabalhos. Este não é o único esforço de produção de indicadores, outros estão em curso e todos são muito importantes.

Os dados colhidos indicam que as redes municipais e estadual estão em movimento, o tema da busca ativa escolar e da recuperação de aprendizagens está na pauta coletiva. Há (re)organização das redes intersetoriais (RAEs), investimentos em tecnologia da informação, em recursos humanos e pedagógicos. Porém, ainda existem vazios de informação, zonas nubladas que é preciso desfazer para identificar com nitidez o tamanho dos desafios para trazer cada estudante gaúcho para a escola. Ao adentrar à escola, a tarefa não está concluída, é preciso receber a cada estudante na sua singularidade, acolhendo suas necessidades e permitindo que desfrute do mundo que se abre com o conhecimento. Tarefa nada fácil, pois além da colaboração de toda a sociedade, são necessários recursos humanos, pedagógicos e capacitação continuada dos docentes. Mais do que isso, com o pé na realidade, talvez constuir novas formas de ensinar e aprender. Eis a caminhada!

Todo caminho da gente é resvaloso.
Mas também, cair não prejudica demais - a gente
levanta, a gente sobe, a gente volta!
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e
depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

GUIMARÃES ROSA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>, acesso em 27/1/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 6/2021. Diretrizes nacionais orientadoras para a implementação de medidas de retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014/2024). Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>, acesso em 9/7/2021.

BRASIL. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Atualizado em 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>, acesso em 30/06/2022.

CHIAPINOTO, Andreia Moro e LUNARDI, Elisiane Machado. Distorção idade/ano: políticas públicas na rede municipal de educação de Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria; Programa de pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional; Prefeitura Municipal de Santa Maria. Disponível em <https://issuu.com/andreia.chiapinoto/docs/livro_distor_o_idade_ano_pol_ticas_p_blicas_na_re>. Acesso em 6/6/2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.

LEMKE, Ruben; SILVA, Rosane Azevedo Neves. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia. v. 10. n. 1, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Mapa Social. Indicadores sociais do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://appmapasocial.mprs.mp.br/QvAJAXZfc/opendocnotoolbar.htm?document=APPs%2FMapa%20Social.qvw&host=QVS%40QVIAS&anonymous=true>>, acesso em 31/6/2022.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUSA, Clarilza Prado de. Limites e possibilidades dos programas de aceleração de aprendizagem. Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 81-99, novembro, 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cp/a/3JD7bMVRjBcBbKdXzNpRgC/?format=pdf&lang=pt>>, acesso em 27/1/2022.

UNDIME - União dos Dirigentes Municipais da Educação/UNICEF, Itaú Social. Pesquisa Undime sobre a Volta às Aulas, 2021. Disponível em <http://undime.org.br/uploads/documentos/phpb9nCNP_6048f0cf083f8.pdf>, acesso em 27/01/2022.

UNICEF. Busca ativa escolar. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>>, acesso em 10/10/2021.

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>>, acesso em 27/01/2022.



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES